

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS**

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

29/6/2003

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Não é correta a seguinte afirmativa:
 - (A) Aos Estados são reservadas competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
 - (B) As ilhas fluviais e lacustres não pertencem à União.
 - (C) Os estados podem explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado.
 - (D) O domínio dos Estados sobre áreas nas ilhas oceânicas é de natureza residual.

2. A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios; entre eles não se inclui:
 - (A) Independência nacional.
 - (B) Concessão de asilo político.
 - (C) Não-intervenção.
 - (D) Igualdade entre os estados-membros.

3. Observe os enunciados abaixo e, após, aponte a alternativa correta:
 - I- O ato de remoção do magistrado, por interesse público, há de apoiar-se em decisão tomada por voto de dois terços do respectivo Tribunal.
 - II- As decisões administrativas disciplinares dos Tribunais serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
 - III- Os Tribunais somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo Órgão Especial poderão declarar a inconstitucionalidade de lei.
 - IV- O encaminhamento da proposta orçamentária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, respeitada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, depende de aprovação administrativa do Supremo Tribunal Federal.
 - (A) I e II estão certos.
 - (B) I e III estão errados.
 - (C) II e IV estão certos.
 - (D) III e IV estão certos.

4. Leia os enunciados abaixo e, em seguida, registre o conjunto correto:
 - I- Os distritos municipais são criados pela Assembléia Legislativa Estadual, mediante proposta do Prefeito Municipal aprovada pela Câmara de Vereadores.
 - II- O Município pode legislar sobre assuntos de interesse local.
 - III- O serviço público municipal de transporte coletivo tem caráter essencial.
 - IV- O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) da receita do Município.
 - (A) I e IV estão certos.
 - (B) II e III estão certos.
 - (C) III e IV estão errados.
 - (D) II e IV estão errados.

5. Não é privativo da União legislar sobre:
- (A) Propaganda comercial.
 - (B) Registros públicos.
 - (C) Juntas Comerciais.
 - (D) Sistemas de consórcios.
-
6. Anote a alternativa incorreta:
- (A) A medida provisória, dependendo da matéria, terá sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.
 - (B) Não pode ser editada medida provisória que trate da carreira dos membros do Ministério Público.
 - (C) Não pode ser editada medida provisória sobre matéria que vise a seqüestro de ativos financeiros.
 - (D) As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
-
7. Não será objeto de delegação:
- (A) Legislação sobre planos plurianuais.
 - (B) Matéria reservada à lei complementar.
 - (C) Legislação sobre direitos políticos.
 - (D) Legislação sobre direitos e deveres do servidor público.
-
8. Anote a alternativa errada:
- (A) A política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público Municipal.
 - (B) Compete à União e aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
 - (C) Na desapropriação para fins de reforma agrária, as benfeitorias úteis serão indenizadas em dinheiro.
 - (D) A propriedade produtiva não é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.
-
9. Aponte a alternativa errada: Quanto aos militares integrantes das Forças Armadas, a Constituição estabelece:
- (A) Proibição de sindicalização e greve.
 - (B) Proibição de filiação a partido político, enquanto no serviço ativo.
 - (C) Proibição de licença-paternidade.
 - (D) Concessão de licença à gestante.
-
10. O Conselho de Defesa Nacional não é integrado pelo:
- (A) Vice-Presidente da República.
 - (B) Ministro do Planejamento.
 - (C) Ministro da Justiça.
 - (D) Secretário de Segurança Nacional.
-
11. Assinale a alternativa incorreta:
- (A) O Vice-Presidente substituirá o Presidente no caso de vaga.
 - (B) O Vice-Presidente da República não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
 - (C) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
-

12. Assinale a alternativa correta:

- (A) O subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho correspondem a 90% do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios são nomeados pelo Presidente da República.
- (C) A Justiça do Trabalho não tem competência para julgar dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e a administração pública direta da União.
- (D) O TST tem sua competência estabelecida em lei.

13. Indique a alternativa correta:

- (A) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado acarreta a cassação de direitos políticos.
- (B) A perda dos direitos políticos também resulta da incapacidade civil absoluta.
- (C) Os analfabetos são elegíveis.
- (D) A ação de impugnação de mandato pode ser proposta até quinze dias depois da posse.

14. Assinale a alternativa errada: O Deputado Federal perderá o mandato:

- (A) Quando sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- (B) Se ocupar, desde a posse, cargo de que seja demissível *ad nutum* em sociedade de economia mista.
- (C) Se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à metade das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- (D) Quando tiver suspensos os direitos políticos.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Assinale a alternativa incorreta: Ocorrerá vício em relação ao objeto quando o ato administrativo for:

- (A) Proibido por lei.
- (B) Incerto em relação aos destinatários, à coisa, ao tempo, ao lugar.
- (C) Impossível, porque os efeitos pretendidos são irrealizáveis, de fato ou de direito.
- (D) Se for inóceno o motivo em que se apoiou o ato.

16. Entre os atributos do ato administrativo não se inclui:

- (A) **Privilège du préalable.**
- (B) Presunção de legitimidade.
- (C) Presunção de imperatividade.
- (D) Tipicidade, como decorrência do princípio da legalidade.

17. Os contratos de gestão encontram fundamento no art. 37, § 8º, da Constituição Federal, segundo a qual cabe à lei dispor, a esse propósito, sobre, exceto:

- (A) Prazo de duração do contrato.
- (B) Controles a serem exercidos sobre o contrato.
- (C) Definição do objeto do contrato.
- (D) Critérios de avaliação de desempenho e responsabilidade dos dirigentes.

18. A propósito das agências reguladoras não é correto afirmar:

- (A) Submetem-se ao princípio da especialidade.
- (B) Seus objetivos são criados por decreto.
- (C) Umás podem exercer o típico poder de polícia.
- (D) Regulam e controlam as atividades que constituem objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público.

19. Assinale a alternativa correta quanto à impugnação do edital:
- (A) O prazo para o cidadão é de cinco dias, antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
 - (B) Na mesma hipótese da alínea anterior, o prazo é de três dias.
 - (C) Para o licitante, o prazo para impugnar o edital será até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.
 - (D) Na mesma hipótese da alínea anterior, o prazo será até o décimo dia.
-

20. No que tange ao regime jurídico dos contratos administrativos instituídos pela Lei nº 8.666/93, a Administração não pode:
- (A) Modificá-los, unilateralmente, para atender o interesse público.
 - (B) Rescindi-los, unilateralmente, no caso de falecimento do contratado.
 - (C) Rescindi-los, amigavelmente, havendo conveniência da Administração.
 - (D) Aumentar o objeto contratado, nos limites dos interesses da Administração.
-

21. Observe os tópicos abaixo e, após, assinale o conjunto correto, tendo presente que a modalidade de licitação para a concessão de serviços públicos, com execução de obras, pode ser:
- I- Concorrência pública e tomada de preços.
 - II- Concorrência pública.
 - III- Concorrência pública, tomada de preços e convite.
 - IV- Tomada de preços, dependendo do valor do contrato.
- (A) II está certo, mas IV está errado.
 - (B) II e III estão errados.
 - (C) II e III estão certos.
 - (D) I e II estão corretos.
-

22. Quanto aos crimes previstos na Lei nº 8666/93, observe os enunciados abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:
- I- São de ação pública incondicionada.
 - II- São de ação pública condicionada.
 - III- Não se admite ação penal privada subsidiária da pública.
 - IV- Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, desde que por escrito.
- (A) I e II estão corretos.
 - (B) III está incorreto, mas IV está correto.
 - (C) II está incorreto, mas III está correto.
 - (D) I, III e IV estão incorretos.
-

23. No tocante à ação popular, observe os enunciados abaixo e, após, assinale a alternativa incorreta:
- I- O Ministério Público, sobre promover a responsabilidade civil dos que nela incidirem, poderá, por razões de interesse público, assumir a defesa do ato impugnado.
 - II- A habilitação de qualquer cidadão como litisconsorte ou assistente do autor depende de anuência do Ministério Público.
 - III- Quando o autor assim preferir, os beneficiários do ato impugnado poderão ser citados por edital com prazo de trinta dias.
 - IV- O prazo de contestação é de vinte dias, é comum e poderá ser prorrogado.
- (A) I e II estão corretos.
 - (B) I e III estão incorretos.
 - (C) I e IV estão corretos.
 - (D) III e IV estão corretos.

24. A retomada unilateral do serviço pelo poder concedente, antes do término do prazo estabelecido no contrato, por motivo de interesse público, denomina-se:

- (A) Retrocessão.
- (B) Encampação.
- (C) Tredestinação.
- (D) Recuperação.

25. O processo administrativo (Lei nº 9784/99) observará os seguintes critérios; entre eles não se inclui:

- (A) Início apenas de ofício, para garantia do devido processo legal.
- (B) Cobrança de despesas processuais, quando previstas em lei.
- (C) Objetividade no atendimento do interesse público.
- (D) Atuação segundo padrões de boa-fé.

26. Quanto às ações por improbidade administrativa, observe os enunciados abaixo e, após, assinale a hipótese correta:

I- É permitida a transação.

II- O Ministério Público atuará apenas como fiscal da lei.

III- No processo, o requerido será notificado para oferecer manifestação por escrito, no prazo de quinze dias.

IV- A inicial será recebida antes da notificação do requerido para se manifestar.

- (A) I e II estão corretos.
- (B) I e IV estão incorretos.
- (C) II e III estão corretos.
- (D) III e IV estão corretos.

27. Observe os enunciados abaixo e, após, assinale o conjunto correto:

I- O interventor do Município não poderá editar declaração de utilidade pública para fins de desapropriação.

II- O Poder Judiciário pode decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

III- No caso de imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não haverá retrocessão.

IV- Caducado o decreto desapropriatório, somente decorrido um ano poderá o mesmo bem ser objeto de nova declaração.

- (A) I e II estão certos.
- (B) I e III estão certos.
- (C) III e IV estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.

28. Ao servidor público não poderá ser concedida licença:

- (A) Por motivo de doença em pessoa da família.
 - (B) Para o serviço militar.
 - (C) Para desempenho de mandato classista.
 - (D) Para capacitação, após cada triênio ininterrupto de exercício.
-

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

Assinale a alternativa correta nas questões a seguir:

29. É anulável o negócio jurídico:

- (A) celebrado por pessoa que, mesmo por causa transitória, não possa exprimir sua vontade;
- (B) quando for indeterminável o seu objeto;
- (C) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- (D) quando ocorrente fraude contra credores.

30. A pretensão de reparação civil, de acordo com o vigente Código Civil, prescreve:

- (A) em vinte anos;
- (B) em cinco anos;
- (C) em três anos;
- (D) em dez anos.

31. Consideram-se bens móveis para os efeitos legais:

- (A) os direitos reais sobre imóveis;
- (B) as energias que tenham valor econômico;
- (C) o direito à sucessão aberta;
- (D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

32. Nas obrigações alternativas:

- (A) a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou;
- (B) pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- (C) pode o credor exigir do devedor parte em uma prestação e parte em outra;
- (D) a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

33. O adquirente de coisa recebida em virtude de contrato comutativo com vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço:

- (A) no prazo de um ano, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade;
- (B) no prazo de um ano, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação;
- (C) no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade;
- (D) no prazo de sessenta dias se a coisa for móvel, e de dois anos se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

34. Caracteriza-se a lesão:

- (A) quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa;
 - (B) quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
 - (C) quando artifício ou expediente astucioso é usado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica, aproveitando ao autor do artifício ou expediente astucioso, ou a terceiro;
 - (D) quando incutido na vítima fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou a seus bens, realiza ela, perdendo a espontaneidade do querer, o ato que lhe é exigido.
-

35. Predomina na jurisprudência o entendimento de que, no transporte desinteressado, feito por amizade ou cortesia, o transportador:

- (A) será civilmente responsável por danos causados ao transportado somente quando incorrer em dolo ou culpa grave;
- (B) não é civilmente responsável por danos causados ao transportado;
- (C) será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em culpa;
- (D) será objetivamente responsável por danos causados ao transportado, salvo motivo de força maior.

36. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, para que o consumidor tenha direito à revisão do contrato:

- (A) basta que haja onerosidade excessiva para ele;
- (B) deve haver onerosidade excessiva para ele, em decorrência de fato superveniente;
- (C) deve haver onerosidade excessiva para ele, em decorrência de fato superveniente, extraordinário e imprevisível;
- (D) deve haver onerosidade excessiva para ele, em decorrência de fato superveniente, extraordinário e imprevisível, que lhe acarrete desvantagem econômica e correspondente vantagem econômica para a outra parte.

37. Fundada na teoria do risco da atividade, a responsabilidade objetiva estabelecida no Código de Defesa do Consumidor:

- (A) não admite como excludentes a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro;
- (B) somente tem incidência quando for verossímil a alegação, ou quando o consumidor for hipossuficiente;
- (C) incide, no fornecimento de serviços aos consumidores, em relação aos profissionais liberais;
- (D) não incide, no fornecimento de serviços aos consumidores, em relação aos profissionais liberais, cuja responsabilidade deve ser apurada mediante a verificação de culpa.

38. Conforme o Código de Defesa do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca:

- (A) em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis, e em 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços;
- (B) em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis, e em 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito;
- (C) em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis, e em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços;
- (D) em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis, e em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito.

39. O possuidor de má-fé tem direito:

- (A) ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, sem direito de retenção pela importância delas;
- (B) ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, com direito de retenção pela importância delas;
- (C) ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e úteis, sem direito de retenção pela importância delas;
- (D) ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e úteis, com direito de retenção pela importância delas.

40. No regime de bens da comunhão parcial, entram na comunhão:
- (A) os bens que cada cônjuge possuir ao casar;
 - (B) os bens que sobrevierem a cada cônjuge, na constância do casamento, por doação ou por sucessão;
 - (C) os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos da profissão;
 - (D) os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.
-

41. Podem ser objeto de penhor:
- (A) as estradas de ferro;
 - (B) domínio útil;
 - (C) colheitas pendentes, ou em via de formação;
 - (D) os navios.
-

42. A exceptio “non rite adimpleti contractus” tem como pressuposto:
- (A) descumprimento total do contrato;
 - (B) descumprimento parcial do contrato;
 - (C) a prorrogação do contrato;
 - (D) a extinção do contrato.
-

<u>QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL</u>
--

Assinale a alternativa correta nas questões a seguir:

43. Os embargos de terceiro propostos pelo Distrito Federal, tendo por objeto bem imóvel atingido por penhora em ação de execução em curso na 3ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília serão processados e julgados:

- (A) perante o juízo da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal em favor do qual declinar o juízo da 3ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília;
 - (B) perante o juízo da 3ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília;
 - (C) indistintamente, conforme a escolha do Distrito Federal, perante o juízo da 3ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília ou perante o juízo da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal para que forem distribuídos os embargos de terceiro;
 - (D) perante o juízo da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal para que forem distribuídos os embargos de terceiro.
-

44. Na ação possessória, entendendo-se o réu ofendido em sua posse e pretendendo proteção possessória e indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho praticado pelo autor, deve formular essa pretensão:

- (A) em reconvenção;
 - (B) em exceção;
 - (C) em ação autônoma;
 - (D) na própria contestação.
-

45. A denunciação da lide:
- (A) pode ser feita tanto pelo autor como pelo réu;
 - (B) só cabe no procedimento sumário;
 - (C) não pode ser feita pelo autor;
 - (D) é ação do réu contra o autor no mesmo processo.
-

46. João Cláudio da Costa, em 10/03/2003, distribui para a 4ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília ação declaratória da inexistência de débito contra Casa dos Martelos Ltda., referente a uma duplicada contra ele sacada de R\$19.000,00 (dezenove mil reais), sendo a inicial despachada em 12/03/2003, ocorrendo a citação da ré em 19/03/2003, apresentando ela contestação, com argüição da conexão, em 28/03/2003; Casa dos Martelos Ltda., em 11/03/2003, distribui para a 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília ação de cobrança, pelo procedimento ordinário, contra João Cláudio da Costa, referente à mesma duplicata, não aceita e não protestada, sendo a inicial despachada no mesmo dia 11/03/2003, ocorrendo a citação do réu em 21/03/2003, apresentando ele contestação, com argüição da conexão, em 26/03/2003. Considera-se prevento, no caso:

- (A) O juízo da 4ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, porque nele ocorrida a primeira distribuição;
- (B) O juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, porque nele ocorrido o primeiro despacho;
- (C) O juízo da 4ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, porque nele ocorrida a primeira citação;
- (D) O juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, porque nele argüida primeiro a conexão.

47. Intimadas as partes e seus advogados para audiência de instrução e julgamento no dia 03/06/2003, comparecem o réu e o seu advogado, ausentes o autor e o seu advogado. O juiz profere sentença na audiência, julgando procedente em parte o pedido. O prazo para apelar, relativamente ao autor e ao réu, contar-se-á:

- (A) para ambos da intimação pela publicação no Diário da Justiça;
- (B) para o autor da intimação pela publicação no Diário da Justiça e para o réu da data da audiência;
- (C) para ambos da data da audiência;
- (D) para o autor da data da audiência e para o réu da intimação pela publicação no Diário da Justiça.

48. A incompetência relativa:

- (A) sempre pode ser declarada de ofício;
- (B) nunca pode ser declarada de ofício;
- (C) pode ser declarada de ofício, no caso de eleição de foro em contrato de adesão, dificultando a defesa do consumidor em local distante do em que reside e onde foi celebrada a avença;
- (D) deve ser alegada como preliminar na contestação.

49. Proferida sentença, com julgamento de procedência em parte do pedido, e publicada no Diário da Justiça de 05/05/2003, 2ª feira, o autor interpõe embargos de declaração em 09/05/2003, 6ª feira. O juiz, em 20/05/2003, 3ª feira, rejeita os embargos de declaração do autor, com a intimação ocorrendo mediante publicação no Diário da Justiça de 26/05/2003, 2ª feira. Até então o réu permanece silente. Qual o prazo para autor e réu apelaem da sentença?

- (A) 15 (quinze) dias para ambos, a contar de 26/05/2003;
- (B) 15 (quinze) dias para o autor, que embargou, tendo o réu perdido o prazo;
- (C) 11 (onze) dias para ambos, a contar de 26/05/2003;
- (D) 11 (onze) dias para o autor, que embargou, tendo o réu perdido o prazo.

50. Em uma ação reivindicatória de imóvel cumulada com perdas e danos, atendendo pedido do autor, o juiz antecipa os efeitos da tutela, deferindo-lhe a posse do bem. Profere sentença, julgando procedente o pedido, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela e condenando o réu a pagar ao autor indenização de R\$18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). O réu apela de toda a sentença, inclusive da parte que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela. Em que efeitos deve ser recebida a apelação?

- (A) somente no efeito devolutivo;
- (B) no duplo efeito, devolutivo e suspensivo;
- (C) somente no efeito suspensivo;
- (D) no efeito devolutivo, quanto ao capítulo da sentença que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, e no duplo efeito quanto à condenação ao pagamento da indenização.

51. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade pode ser decretada no processo:

- (A) somente quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social;
- (B) somente quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração, ou quando a personalidade da pessoa jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores;
- (C) somente quando forem verossímeis as alegações do consumidor ou quando for este hipossuficiente;
- (D) nos casos das alíneas “a” e “b”.

52. Prepondera o entendimento de que, em prol dos consumidores, o Ministério Público:

- (A) tem legitimidade para mover qualquer ação coletiva para a defesa de interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- (B) tem legitimidade para mover qualquer ação coletiva para a defesa apenas de interesses ou direitos difusos;
- (C) tem legitimidade para mover qualquer ação coletiva para a defesa apenas de interesses ou direitos coletivos;
- (D) não tem legitimidade para mover qualquer ação coletiva para a defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos.

53. Decretada nos autos de medida cautelar, em 04/02/2002, a separação de corpos do casal, sobrevem, em 26/06/2002, a sentença, decretando a separação judicial. A partir de quando pode ser requerida a conversão da separação judicial em divórcio?

- (A) 26/06/2003;
- (B) 04/02/2003;
- (C) 26/06/2004;
- (D) 04/02/2004.

54. Considerando que, nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito à renovação do contrato, por igual prazo, desde que “o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos”:

- (A) não se admite, em qualquer caso, descontinuidade dos contratos escritos;
- (B) não se admite a “accessio temporis”;
- (C) é admissível a “accessio temporis”, quando houver pequeno período de tempo que entremeie os contratos escritos, lapso razoável e proporcional em face da duração do vínculo “ex locato”, normalmente destinado a tratativas de renovação;
- (D) somente se admite a descontinuidade dos contratos escritos inferior a 1 (um) mês.

55. Proferida sentença, na 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, negando o mandado de segurança e cassando liminar anteriormente concedida:

- (A) cabe recurso ordinário em mandado de segurança, que deve ser recebido pelo juiz no duplo efeito;
 - (B) cabe recurso ordinário em mandado de segurança, que deve ser recebido pelo juiz no efeito meramente devolutivo;
 - (C) cabe apelação, que deve ser recebida pelo juiz no duplo efeito;
 - (D) cabe apelação, que deve ser recebida pelo juiz no efeito meramente devolutivo.
-

56. De acordo com o art. 16 da Lei nº 7.347, de 24/07/1985, que disciplina a ação civil pública, “a sentença civil fará coisa julgada ‘erga omnes’, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova”. É possível, então, de acordo com a posição prevalente no Supremo Tribunal Federal, utilizar-se a ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de leis e atos do Poder Público, mesmo quando contestados em face da Constituição da República?

(A) não, porque a decisão proferida na questão constitucional, nos termos do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública, terá efeito ‘erga omnes’, assim usurpando a competência do Supremo Tribunal Federal para o controle concentrado de constitucionalidade;

(B) sim, desde que, na ação civil pública, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto da demanda, constitua causa de pedir, fundamento ou simples questão prejudicial, indispensável à solução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público, e, assim, resolvida ‘incidenter tantum’, não faz coisa julgada material;

(C) não, porque o controle difuso de constitucionalidade somente pode ser exercido mediante a ação declaratória de inconstitucionalidade no foro privativo do Supremo Tribunal Federal;

(D) sim, mesmo que, na ação civil pública, a controvérsia constitucional constitua objeto único da demanda, porque isso não interferirá na competência do Supremo Tribunal Federal para o controle concentrado de constitucionalidade.

57. Das sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal cabe:

(A) recurso, no prazo de dez dias, para uma das Turmas Recursais, no efeito apenas devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte;

(B) recurso, no prazo de dez dias, para uma das Turmas Recursais, no duplo efeito;

(C) apelação, no prazo de quinze dias, para uma das Turmas Recursais, no efeito apenas devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte;

(D) apelação, no prazo de quinze dias, para uma das Turmas Recursais, no duplo efeito.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

58. No tocante à responsabilidade do agente no Direito Penal pátrio, é correto afirmar:

(A) O Direito Penal é fundado exclusivamente na responsabilidade pessoal e na culpabilidade do agente, não remanescendo no Código Penal qualquer hipótese de responsabilidade objetiva.

(B) A embriaguez fortuita é considerada pela doutrina como um caso de responsabilidade objetiva presente na lei penal.

(C) O crime de rixa qualificada, estabelecido no parágrafo único do artigo 137 do Código Penal, demonstra, segundo entendimento da doutrina prevalecente, a permanência de resíduos da teoria da responsabilidade objetiva na legislação penal.

(D) A responsabilidade penal objetiva, seguindo a teoria da *actio libera in causa*, encontra-se evidenciada nas hipóteses de embriaguez culposa ou voluntária incompleta.

59. Em conformidade com o artigo 14, inciso II, do Código Penal, admite-se a tentativa quando, iniciada a execução de um crime, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Relativamente à tentativa, é correto afirmar:

(A) Ocorre tentativa perfeita ou crime falho quando o sujeito ativo não consegue praticar os atos necessários à consumação por interferência externa.

(B) Não admitem tentativa os crimes omissivos puros, os crimes unissubsistentes e os delitos habituais.

(C) Evidencia-se a ocorrência de tentativa branca, segundo o entendimento da doutrina, quando o agente consegue atingir o objeto material pretendido, muito embora haja a interrupção em meio à execução.

(D) A tentativa é considerada uma forma de adequação típica de subordinação imediata.

60. Assinale a opção incorreta:

- (A) Para que tenha lugar a receptação, o crime antecedente deve ser, obrigatoriamente, de natureza patrimonial.
- (B) O delito de receptação é crime comum em contraposição ao crime próprio e quanto à forma de ação pode ser classificado como instantâneo.
- (C) A receptação é um crime autônomo e acessório, posto conexo a um crime antecedente.
- (D) Na receptação imprópria, a consumação ocorre com a prática de qualquer ato idôneo de mediação e não é possível a tentativa.

61. O arrependimento do agente, logo após o crime, por espontânea vontade e de forma eficiente, é causa de:

- (A) exclusão da pena.
- (B) atenuação da pena.
- (C) redução obrigatória da pena.
- (D) isenção do crime.

62. Para estabelecer-se onde termina a fase preparatória e inicia-se a fase executória do *iter criminis*, várias teorias foram formuladas sobre o tema. Segundo jurisprudência dominante no Tribunal de Justiça do DF e Territórios, a teoria adotada é:

- (A) material.
- (B) objetiva-individual.
- (C) formal-objetiva.
- (D) do resultado.

63. Em relação aos seguintes enunciados, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A coação física irresistível exclui a ação; a coação moral exclui a culpabilidade; a coação física ou moral, sendo resistível, atenua a pena.
- (B) Para a configuração da atenuante da confissão espontânea do crime, a lei penal substantiva contentou-se com a mera confissão espontânea da autoria do crime praticado, fosse ela imputada a outrem ou não.
- (C) Para beneficiar-se da atenuante da multidão em tumulto, pressupõe a lei penal o cometimento do crime sob influência de multidão em tumulto, não ter o agente provocado o tumulto e não ser reincidente.
- (D) Prevalece a atenuante da menoridade ainda que se tenha operado a emancipação, ou que o menor tenha adquirido a maioridade pelo casamento.

64. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a aplicação de medidas sócio-educativas aos adolescentes pela prática de atos infracionais definidos pela lei penal como crime ou contravenção penal. Diante disso, analise as seguintes afirmativas:

- I. Verificada a prática de ato infracional, poderão ser aplicadas ao adolescente somente as medidas de liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional.
- II. No regime de semiliberdade, é obrigatória a escolarização e a profissionalização do adolescente, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.
- III. A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada mediante decisão fundamentada, no máximo a cada três meses.
- IV. Somente poderá ser aplicada a medida sócio-educativa de internação quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou por reiteração no cometimento de outras infrações graves, ou, por fim, em caso de descumprimento reiterado de outras infrações graves.

Relativamente a tais medidas, pode-se dizer que:

- (A) todas as alternativas estão incorretas.
- (B) as alternativas I e IV estão incorretas.
- (C) as alternativas II e III estão corretas.
- (D) as alternativas II e IV estão corretas.

65. Se, após privação legítima da liberdade, aquela se prolongar indevidamente, tal como quando o diretor de um hospital reter ilegítimamente o paciente após a alta recebida, tal conduta poderá configurar:

- (A) O crime de constrangimento ilegal.
- (B) O crime de seqüestro e cárcere privado.
- (C) O crime de maus tratos.
- (D) O crime de extorsão mediante seqüestro.

66. “A” foi processado e apenado, em concurso material, pelos delitos do artigo 12 e 14 da Lei 6.368/76 (Lei Antitóxicos) e pela prática do crime de tortura (Lei 9.455/97). Frente à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) O regime de cumprimento das penas será o inicialmente fechado relativamente aos três crimes, admitida a progressão prisional quanto ao terceiro crime.
- (B) O regime de cumprimento das penas será o integralmente fechado para os três crimes, vedada a progressão prisional.
- (C) O regime de cumprimento das penas será o integralmente fechado quanto ao primeiro crime e o inicialmente fechado no que se refere ao segundo e terceiro, admitida a progressão prisional somente quanto aos dois últimos.
- (D) O regime de cumprimento das penas será o integralmente fechado para o primeiro e terceiro crimes, admitindo-se a progressão prisional somente quanto ao segundo delito.

67. Relativamente aos crimes funcionais, é incorreto afirmar que:

- (A) O excesso de exação configura-se quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório, que a lei não autoriza.
- (B) O delito de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal, é um exemplo de crime formal, e na modalidade de realização de forma verbal, não admite tentativa.
- (C) Caracteriza-se o peculato impróprio quando o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em decorrência do cargo por ele exercido.
- (D) O delito de concussão, embora considerado pela doutrina como crime próprio, admite a participação ou, até mesmo, a co-autoria entre o particular e o funcionário público.

68. No que pertine às penas restritivas de direitos, é correto afirmar:

- (A) As penas restritivas de direitos substituem as penas privativas de liberdade, podendo ser aplicadas cumulativamente na hipótese de reincidência específica do réu em crime doloso.
 - (B) A proibição de freqüentar determinados lugares é uma espécie de pena de interdição temporária de direitos.
 - (C) A prestação pecuniária consiste em pagamento de dinheiro à vítima e, na falta desta, ao Estado.
 - (D) A reincidência genérica em crime doloso impede a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
-

69. Assinale, abaixo, a alternativa correta em relação aos seguintes enunciados:

- I. Há conexão teleológica (ou ideológica) quando um crime é praticado para assegurar a execução de outro.
- II. Existe conexão consequencial (ou causal) quando um crime é cometido para assegurar a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro.
- III. A agravação da pena, consoante o artigo 61, inc. II, “a”, do Código Penal, é proveniente da conexão teleológica ou consequencial. A ocasional não é considerada agravante genérica.
- IV. Tratando-se de crimes conexos, objetos do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção da prescrição relativa a qualquer deles.

- (A) somente os enunciados I, II e III estão corretos.
- (B) somente os enunciados II, III e IV estão corretos.
- (C) somente os enunciados I, II e IV estão corretos.
- (D) todos os enunciados estão corretos.

70. No que diz respeito ao livramento condicional, é incorreto afirmar:

- (A) O juiz pode conceder livramento condicional em caso de contravenção, sendo possível somente quando a prisão simples é igual ou superior a dois anos.
- (B) Tratando-se de condenado por crime doloso cometido com violência ou grave ameaça, a concessão do livramento condicional exige perícia de cessação da periculosidade do liberado.
- (C) No caso de reiteração criminal, para a concessão do livramento condicional exige-se que ao menos um dos delitos autônomos seja apenado com sanção superior a dois anos.
- (D) Computa-se o tempo de remição da pena para efeito do livramento condicional.

71. O momento consumativo do delito de violação de direito autoral varia de acordo com a modalidade criminosa. Assim, é incorreto afirmar que o delito se consuma:

- (A) Tratando-se de pintura ou escultura, com a exposição ao público, por via de regra em galerias de arte.
 - (B) Se for obra musical ou teatral, com sua execução ou representação.
 - (C) No caso de reprodução de fonograma ou de videofonograma, com a exposição da mercadoria à venda.
 - (D) Se se tratar de reprodução (ou de produção) de obra literária ou científica, com a publicidade da obra inédita ou reproduzida.
-

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

NAS QUESTÕES DE 72 A 86 LEIA COM ATENÇÃO OS CONJUNTOS DE ASSERTIVAS E ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA.

72. (Y)

- Há controvérsia doutrinária quanto à interrupção da prescrição pelo recebimento do aditamento à denúncia.
- O aditamento à denúncia corresponde a uma modalidade de denúncia complementar. Seu não-recebimento enseja a interposição de recurso em sentido estrito.

(W)

- O livre convencimento, para ser aceito pelo moderno processo penal, há de ser lógico e motivado, eis que não se confunde com o julgamento por convicção íntima.

- A relação processual é unitária, progressiva, autônoma e de direito público.

(Z)

- Ante o princípio *in dubio pro societate*, ainda que se verifique alguma dúvida nos autos quanto a autoria, encontrando-se devidamente comprovada a materialidade, o juiz pronunciará o acusado de crime doloso contra a vida, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal do Júri.

- O Tribunal do Júri compõe-se de 1 (um) juiz de direito, que é o seu presidente e de 7 (sete) jurados ou Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está errado.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

73. (Y)

- A autoridade policial, para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, deverá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que não contrarie a moralidade e a ordem pública.

- O perdão concedido a um dos querelados, aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

(W)

- Após as diligências previstas nos artigos 499, 500 e 502 do CPP, se o juiz não houver procedido à instrução criminal, deverá determinar que se proceda, novamente, a interrogatório do réu, inquirição de testemunhas e do ofendido.

- O recurso de embargos infringentes e de nulidade, privativo do réu, pode ser interposto, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação do acórdão, se a decisão de segunda instância não for unânime, perseguindo a prevalência do voto isolado e nos limites da divergência.

(Z)

- A exigência da prisão provisória, para apelar, ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.

- Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

74.(Y)

- A natureza jurídica da citação é a de ser pressuposto processual de validade da instância ou da relação processual.
- Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

(W)

- Se em qualquer fase do processo o juiz reconhecer motivo que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos, haja ou não alegação da parte.
- A argüição de falsidade, feita por procurador, exige-se poderes especiais, mas o juiz poderá, de ofício, proceder à verificação da falsidade.

(Z)

- A exceção da verdade é a possibilidade que tem o querelado de provar a veracidade do fato, através de procedimento especial, ainda que o feito tramite perante Juizado Especial Criminal.
- Se ao acusado foi imputada a prática de crime doloso contra a vida, o juiz, absolvendo-o sumariamente, proferiu sentença de mérito, contudo a revisão dessa sentença, pelo tribunal, é obrigatória.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está errado.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

75. (Y)

- Flagrante delito é o estado em que se encontra aquele que é surpreendido no instante em que executa a conduta prevista como infração penal.
- O juiz de direito, a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

(W)

- O Código de Processo Penal não estabelece a diferença entre intimação e notificação.
- Na contagem do prazo é computado o dia em que se vence.

(Z)

- Termo é o momento ou acontecimento que limita o prazo.
- Prazo é o espaço de tempo, dentro do qual o ato processual pode ser praticado.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Y) está errado.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

76. (Y)

- O ato de recebimento da denúncia, praticado pelo juiz singular, equipara-se, para os fins a que se refere o art. 93, IX, da CF, a ato de caráter decisório, reclamando fundamentação.
- O despacho que rejeita a denúncia ou queixa deve ser fundamentado.

(W)

- Uma vez determinado o arquivamento dos autos do inquérito, a pedido do Ministério Público, ainda será admitida a queixa subsidiária.
- Nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não intentar a ação no prazo legal, admite-se a ação penal privada.

(Z)

- A prisão administrativa prevista no artigo 319 do CPP não mais persiste em nosso ordenamento jurídico. Nos tempos hodiernos, somente a autoridade judicial pode decretar a prisão de quem quer que seja.

- Somente nos crimes dolosos punidos com reclusão o juiz poderá decretar prisão preventiva.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Y) está errado.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

77. (Y)

- Em face do princípio do impulso oficial e da busca da verdade real, o juiz deve ouvir as pessoas a que as testemunhas se referirem.

- O interrogatório é o primeiro ato da instrução criminal, mas sem a participação do Ministério Público e da defesa técnica.

(W)

- A sentença de pronúncia é decisão de cunho meramente declaratório, que reconhece a admissibilidade da acusação, determinando, como consequência o julgamento do réu em plenário do Tribunal do Júri, pelo Conselho de Sentença.

- Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, poderá declará-la de ofício.

(Z)

- A incompetência do juízo anula apenas os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

- Para preservar o justo processo legal, deve ser declarada a nulidade da ação penal (processo judicial) em face de ocorrência de vício de legalidade no curso do inquérito policial.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

78. (Y)

- O sigilo que deve ser adotado no inquérito policial é aquele necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

- A confissão é divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

(W)

- É legítima a execução provisória de julgado condenatório proferido em grau de apelação, eis que não ocorre qualquer incompatibilidade com o art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

- A prisão temporária não pode ser determinada de ofício.

(Z)

- Toda e qualquer sentença penal, ainda que proferida em sede de Juizado Especial conterà relatório, fundamentação e dispositivo.

- Preclusão é um fato processual que impede a parte de praticar determinado ato no feito.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

79. (Y)

- Quando o acusado não falar o idioma nacional, a falta de intérprete causa anulação do processo desde o interrogatório.

- O juiz não pode decretar a prisão preventiva sem prova suficiente de que o indiciado seja o autor do fato criminoso.

(W)

- Em se tratando de crime cometido com violência contra criança ou pessoa idosa, o juiz decretará sempre a prisão preventiva do acusado.

- A decisão que concede liberdade provisória é oponível através de recurso em sentido estrito.

(Z)

- Em caso de condenação, o valor da fiança será utilizado para o pagamento das custas do processo, pagamento da multa e satisfação do dano *ex delicto*. Em nenhuma hipótese será devolvido, ainda que em parte, a quem prestou a fiança.

- Nos casos em que a fiança houver sido prestada por meio de hipoteca, a execução será promovida no juízo cível pelo órgão do Ministério Público.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

80. (Y)

- No julgamento pelo júri, o tempo destinado à acusação e a defesa será de duas horas para cada um, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.

- A suspeição argüida contra o presidente do Tribunal do Júri, o órgão do Ministério Público, os jurados ou qualquer servidor, quando não reconhecida, não suspenderá o julgamento.

(W)

- Em se tratando de processo penal, os prazos são contínuos e peremptórios e não se interrompem por férias, domingos ou dias feriados.

- Durante os debates, os jurados não poderão interromper os oradores, seja de que forma for, para solicitar informações a respeito de peça dos autos que esteja sendo lida. Há o momento próprio para tanto, previsto na lei processual.

(Z)

- Em se tratando de Defensor Público, os seus prazos para interposição de recursos serão contados em dobro.

- A intimação da sentença de pronúncia, se o crime for inafiançável, será sempre feita ao réu pessoalmente.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

81. (Y)

- No Processo Penal a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

- A carta testemunhável é cabível contra a decisão que denegar o recurso ou obstar sua expedição e seguimento para o juízo *ad quem*, salvo se a lei houver previsto medida própria e específica para combater a decisão denegatória.

(W)

- Indício é a circunstância ou fato conhecido e provado, de que se induz a existência de outra circunstância ou fato conhecido de que não se tem a prova.

- No juízo penal, somente quanto ao estado das pessoas, serão observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil.

(Z)

- A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz, ou de propósito der motivo para criá-la.

- A argüição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

82. (Y)

- Nos crimes de ação penal privada, se o querelante deixar de formular pedido de condenação do querelado, em alegações finais, o juiz deverá julgar extinta a punibilidade pela perempção.

- No Processo Penal Militar é admissível assistente e, uma vez deferido seu ingresso no feito, o juiz não poderá mais cassar a sua admissão.

(W)

- No processo penal, o réu pode assinar sozinho as razões do recurso.

- No processo penal, as perícias serão assinadas por dois peritos oficiais e, não havendo estes, por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior.

(Z)

- A lei processual penal é de aplicação imediata mas, nos processos em curso, não invalida os atos praticados sob a vigência da lei anterior.

- O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando novo período a partir da data da infração disciplinar.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

83 - (Y)

- O co-réu no mesmo processo, poderá intervir como assistente do Ministério Público.

- O exame de corpo de delito pode ser realizado em qualquer dia e a qualquer hora.

(W)

- A contagem dos dias de ausência, para efeito de lavratura do termo de deserção, iniciar-se-á à zero hora do dia seguinte àquele em que se verificou a falta injustificada do militar.

- Da decisão do juiz que rejeita a exceção de incompetência, não cabe recurso.

(Z)

- A revisão criminal só é possível em processo findo.

- No caso de morte do acusado, o juiz somente à vista da certidão de óbito, e depois de ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

84 - (Y)

- É irrelevante a ordem de quesitos, podendo aqueles atinentes às circunstâncias agravantes precederem aos da defesa.

- Arquivado o inquérito policial por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser intentada sem novas provas.

(W)

- Os direitos de queixa e de representação podem ser exercitados apenas pelo representante legal, desde que o ofendido não conte mais de 16 (dezesesseis) anos de idade.

- O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta o prosseguimento da ação penal.

(Z)

- Diante do concurso material de crimes, para fins de concessão de fiança, não há que se falar em soma das penas mínimas cominadas a cada um dos delitos.

- Compete à Auditoria Militar processar e julgar oficiais e praças que, em serviço, tenham praticado crime de abuso de autoridade.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

85 - (Y)

- A extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva não prejudica o exame da apelação criminal, quando o apelante persegue absolvição, negando a autoria do fato que lhe é imputado.

- O Ministério Público não pode desistir da ação penal, nem do recurso que interpuser.

(W)

- No processo criminal não se conhecerá de arguição de nulidade da sentença declaratória de falência.

- O ofendido ou seu representante legal decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercitar dentro do prazo de 6 (seis) meses contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. Em se tratando de crime previsto na Lei nº 5.250/67, esse prazo é de 3 (três) meses, contado da data da publicação ou da transmissão da notícia.

(Z)

- Em se tratando de fato previsto como crime na Lei nº 5.250/67, o recurso cabível contra a decisão que rejeitar a queixa é o de apelação.

- A restauração será processada sempre na primeira instância, ainda que os autos se tenham extraviado no segundo grau de jurisdição.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

86 - (Y)

- O Juiz ou Tribunal suscita o conflito de competência (positivo ou negativo) sob a forma de representação. As demais pessoas legitimadas argüirão o incidente sob a forma de requerimento.
- A representação ou requerimento deve ser endereçado ao Presidente do Tribunal competente para resolver o conflito.

(W)

- Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público, ainda que formulado na fase inquisitória.
- Caberá seqüestro dos bens imóveis adquiridos pelo indiciado ou réu com o produto da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

(Z)

- O ofendido, o seu representante legal ou os seus herdeiros poderão promover a execução no juízo cível, uma vez transitando em julgado a sentença condenatória penal.
- Se o ofendido for pobre, requerendo, o Ministério Público promoverá perante o juízo cível a execução da sentença penal condenatória, objetivando a reparação do dano.

() a - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão errados.

() b - Todos os conjuntos (Y, W e Z) estão corretos.

() c - Somente o conjunto (Z) está correto.

() d - As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

QUESTÕES DE DIREITO COMERCIAL

87. Assinale a alternativa correta.

Em relação a desconsideração da personalidade jurídica das sociedades empresárias, pode-se afirmar que:

- (A) depende de alteração legislativa para ser aplicada;
- (B) visa coibir práticas fraudulentas e abusivas contra os credores;
- (C) implica em anulação ou desfazimento do ato constitutivo da sociedade empresária;
- (D) é adotada quando a sociedade não possui patrimônio, mas o sócio é solvente.

88. Assinale a alternativa correta.

Quanto aos títulos de crédito, pode-se afirmar que:

- (A) a cambial emitida ou aceita com omissões ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé, a qualquer tempo, mesmo após ser proposta ação de execução;
- (B) em todos os títulos de crédito, exceto no cheque, o aceite é a declaração prestada pelo terceiro garantidor, assumindo a posição de devedor principal;
- (C) na falta de identificação do beneficiário da nota promissória, deve-se entender ter sido emitida ao portador;
- (D) colocado em circulação o título de crédito, desvincula-se do ato ou negócio jurídico que deu ensejo à sua criação, não podendo ser invocado perante o endossatário de boa-fé.

89. Assinale a alternativa incorreta.

No tocante as sociedades empresárias, pode-se afirmar que:

- (A) os livros mercantis fazem prova a favor e contra quem os escriturou, ou seja, as sociedades empresárias;
- (B) o direito de utilização exclusiva da marca e do nome empresarial, são tutelados enquanto a sociedade estiver em funcionamento;
- (C) a contabilidade societária tem como função demonstrar a variação do ativo e do passivo em cada período;
- (D) a proteção ao nome empresarial decorre do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações.

90. Assinale a alternativa correta.

No que pertine ao processo de falência, pode-se afirmar que:

- (A) a declaração de falência de uma sociedade empresária depende apenas de sua insolvência jurídica e não econômica;
 - (B) as companhias de seguro estão excluídas do processo falimentar, mesmo quando frustrada a liquidação extrajudicial;
 - (C) competente para conhecer o pedido de falência, decretá-la e processá-la é o juízo do local onde está situado o maior estabelecimento da sociedade empresária devedora;
 - (D) o pedido de falência, com fundamento no não pagamento, pelo empresário, de obrigação líquida, constante de sentença, título judicial, prescinde de protesto.
-

91. Assinale a alternativa correta.

Com relação ao cheque, pode-se afirmar que:

- (A) após o prazo de 30 ou 60 dias, pode ser apresentado ao banco sacado, mesmo que prescrito;
 - (B) emitido em moeda estrangeira, será pago em moeda nacional, de acordo com o câmbio de sua emissão, por ocasião de sua apresentação;
 - (C) o sacador ou portador pode proibir o seu pagamento em dinheiro, desde que coloque no mesmo a expressão 'para levar em conta' ou outra semelhante;
 - (D) a morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão, invalida os efeitos do cheque.
-

92. Assinale a alternativa correta.

Quanto a concordata, pode-se afirmar que:

- (A) a sentença que der por cumprida concordata suspensiva encerrará a falência;
 - (B) requerida e deferida a concordata preventiva, o devedor pode dela desistir a qualquer tempo, mesmo após ter sido prolatada sentença;
 - (C) a concordata suspensiva deve ser requerida pelo falido no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado da sentença declaratória de falência;
 - (D) com a petição inicial, o devedor não está obrigado a apresentar os livros obrigatórios, o que será necessário apenas após o juiz determinar que seja processada.
-

93. Assinale a alternativa incorreta.

Com relação as duplicatas, pode-se afirmar que:

- (A) pode ser anulada desde que não corresponda a serviços prestados;
 - (B) o seu protesto pode ser feito mediante simples indicação do credor, sem exibição do título ao cartório;
 - (C) o aval dado posteriormente ao vencimento do título, não produz os mesmos efeitos que o prestado anteriormente;
 - (D) o protesto da duplicata mercantil não aceita é requisito essencial para a propositura da competente ação executiva contra o devedor principal.
-

94. Assinale a alternativa incorreta.

Quanto aos contratos do falido, pode-se afirmar que:

- (A) todos os credores da massa falida, exceto o trabalhista e o fiscal, devem habilitar-se no processo de falência para participarem do concurso de credores;
 - (B) a instauração da falência importa em supressão das execuções individuais em trâmite contra a sociedade falida, desde que a hasta ainda não tenha sido realizada;
 - (C) os contratos bilaterais do falido não se resolvem-se sempre com a falência;
 - (D) os sócios são afetados pela falência da empresa, na hipótese de sociedade limitada, não podendo continuar participando de outras sociedades de que faz parte.
-

95. Assinale a alternativa correta.

Em relação às sociedades anônimas, pode afirmar que:

- (A) é necessário a subscrição de todas as ações em que se divide o capital social, pelo menos por três pessoas;
 - (B) é necessário o depósito no Banco do Brasil S/A ou em outra instituição bancária autorizada pela Comissão de Valores, 70% da parte do capital realizado em dinheiro;
 - (C) a subsidiária integral não pode ser constituída por uma pessoa física, mas somente por outra sociedade;
 - (D) a companhia fechada não pode tornar-se aberta ou vice-versa.
-

96. Assinale a alternativa incorreta.

Tratando-se de matéria relativa às sociedades limitadas, pode-se afirmar que:

- (A) o sócio remisso pode ser expulso;
 - (B) o vínculo entre os sócios é contratual, vez que sua constituição e dissolução seguem as regras do direito dos contratos;
 - (C) ausente a *affectio societatis* a sociedade não pode ser constituída ou pode ser dissolvida;
 - (D) o seu regime disciplinar está regulado pelo Código Comercial, aplicando-se de forma supletiva o Código Civil de 2002, no que pertine à sua constituição e dissolução;
-

97. Assinale a alternativa incorreta.

No tocante ao contrato de franquia, pode-se afirmar que:

- (A) o contrato de franquia serve para promover acentuada expansão dos negócios do franqueador, sem os investimentos exigidos na criação de novos estabelecimentos;
 - (B) a lei brasileira sobre franquia não obriga os empresários, ao oferecerem franquia, prestem as informações necessárias à avaliação das reais condições proporcionadas pelo negócio;
 - (C) o contrato de franquia propicia ao franqueado aproveitamento da experiência do franqueador, viabilizando o investimento em negócio de marca já consolidada;
 - (D) o contrato de franquia não registrado no IPC, mostra-se válida e eficaz entre o franqueador e o franqueado, o mesmo não ocorre em relação a terceiros.
-

98. Assinale a alternativa incorreta.

No que pertine ao comércio eletrônico, pode-se afirmar que:

- (A) na compra de produtos ou serviços através da Internet, o consumidor internauta não tem o direito de arrependimento, a menos que o empresário tenha se utilizado de alguma prática agressiva;
 - (B) no comércio eletrônico, a oferta e o contrato são realizados por transmissão e recepção eletrônica de dados, podendo ser realizado através da rede mundial de computadores ou fora dela;
 - (C) o direito positivo brasileiro contém normas específicas sobre o comércio eletrônico, inclusive no comércio consumerista;
 - (D) o titular do estabelecimento virtual não responde pela veracidade e regularidade da publicidade de terceiros.
-

99. Assinale a alternativa correta.

Quando se tratar de ação revocatória, a apelação será recebida no duplo efeito nas seguintes hipóteses:

- (A) quando visar anular hipoteca realizada dentro do termo legal de falência;
 - (B) contra ato visando prejudicar credor, desde que provada a fraude do devedor e do terceiro que com ele contratou;
 - (C) quando tratar-se de renúncia, herança ou legado, até dois anos antes da declaração da falência;
 - (D) quando tratar-se de dívida não vencida, realizada no termo legal de falência.
-

100. Assinale a alternativa correta.

Em relação ao aval cambial, pode-se afirmar que:

- (A) não depende da outorga uxória, porque não se confunde com o direito de família;
- (B) em qualquer circunstância, exige a outorga uxória, porque se trata de garantia fidejussória equiparada à fiança;
- (C) não depende da outorga uxória, porque é uma obrigação pessoal e autônoma, especificamente cambiária;
- (D) não acompanhado da outorga uxória, padece de nulidade, não produzindo efeitos.